

Sumário

Direitos Humanos e Direito Internacional Humanitário

- ❖ BALBINO, Viviane Rios. *A contribuição do Brasil ao Sistema de Prontidão de Capacidades para a Manutenção da Paz da ONU – desafios e perspectivas*, pp. 25-44
- ❖ CAMPOS, Fernando Teófilo. *A responsabilidade dos militares pela inobservância das normas do direito internacional dos conflitos armados em intervenção federal*, pp. 45-78
- ❖ CASELATO JUNIOR, Dalbertom; GOMES, Ricardo Mendes Villafane. *Uma abordagem crítica a formulação e implementação de políticas públicas de prevenção ao terrorismo no Brasil*, pp. 79-112
- ❖ CAVALCANTI, Eduardo Bittencourt. *Reconhecer um conflito armado não confere legitimidade aos grupos armados organizados para confrontarem o Estado*, pp. 113-132
- ❖ FIGUEIRÔA, Hugo Rossi. *Prefácio da Declaração Universal dos Direitos Humanos: interpretação através de seu contexto histórico*, pp. 133-156
- ❖ OLIVEIRA, Maria Angélica Azevedo de. *Refúgio: uma questão de humanidade*, pp. 157-174
- ❖ PEREIRA, Carlos Frederico de Oliveira. *ADPF 635. Entrelaçamento do Direito Internacional dos Direitos Humanos e do Direito Internacional Humanitário na repressão às gangues de 3ª geração com domínio territorial no Rio de Janeiro*, pp. 175-208

- ❖ SANTOS, Lucas Henrique Lopes dos. *Os conflitos armados sob a ótica do Direito Internacional Humanitário*, pp. 209-244
- ❖ TEIXEIRA, Alexandre Peres. *Os “Sistemas de Combate Totalmente Autônomos” e as implicações do seu uso para o Direito Internacional Humanitário*, pp. 245-272

Direito Militar

- ❖ ASSIS, Jorge Cesar de. *A Lei 13.491/17 e a necessidade decorrente em saber quais são exatamente os crimes contra a ordem administrativa militar*, pp. 275-292
- ❖ BRITTO, Cláudia Aguiar S. *O Consenso e os modelos negociais na justiça comum e militar à luz da filosofia comunicativa*, pp. 293-318
- ❖ COSTA, Bruno Batista da. *Reflexão sobre a convencionalidade da tutela penal das mulheres militares federais perante a Justiça Militar da União no contexto de violência doméstica ou familiar ou decorrente de relação íntima de afeto*, pp. 319-352
- ❖ GUIMARÃES, André Osvaldo Brandão. *A importância de uma teoria da decisão para o Ministério Público Militar*, pp. 353-368
- ❖ RAMOS, Ataliba Dias. *Recurso em sentido estrito no processo penal militar: breve discussão acerca das alíneas “a”, “b” e “g” do artigo 516 do CPPM*, pp. 369-386

- ❖ ROCHA, João Carlos de Figueiredo. *A Responsabilidade Civil do Estado – e do Comandante – pela morte de preso custodiado em estabelecimentos prisionais militares: a importância das Inspeções Carcerárias*, pp. 387-404
- ❖ SILVA FILHO, Josimar Belarmino da. *Colaboração premiada em sede de investigação criminal militar*, pp. 405-420
- ❖ SOUZA, Paula Coutinho Bahia de. *O tratamento jurídico do militar temporário das forças armadas e as alterações trazidas pela Lei nº 13.954/2019: uma análise sobre a exclusão do serviço ativo*, pp. 421-442

Direito Público

- ❖ MATTOS, Luciana Bevilacqua Turra Aleixo. *O princípio da especialidade e sua limitação pela coerência sistêmica*, pp. 445-464

Língua estrangeira

- ❖ SULLIVAN, John P. *Non-International Armed Conflict: Mexico and Colombia*, pp. 467-478